



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal da Cidade - 02/06/2015

MP discute hospitais de SE

Superlotação por mau funcionamento de unidades no interior, falta de efetivo e número de leitos reduzidos. Estes foram alguns dos pontos discutidos em uma reunião de trabalho entre promotores de Justiça e representantes do Conselho Regional de Medicina (CRM-SE) e do Conselho Regional de Enfermagem (Coren) ocorrida na manhã de ontem, 1º, para discutir a situação da saúde materno-infantil no Estado.

Os relatos durante a reunião sobre a situação das maternidades foram diversos, como o do promotor de Justiça dos Direitos à Saúde, Nilzir Soares, que apontou o mau funcionamento das maternidades no interior como causa da superlotação da maternidade Nossa Senhora de Lourdes, na capital sergipana. Uma dessas situações encontrase no Município de Nossa Senhora da Glória, onde a unidade local, segundo verificou o promotor de Justiça Alex Maia Esmeraldo, durante inspeção, está atendendo apenas parto eletivo.

Para o promotor de Justiça Antônio Forte Júnior, na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes o principal problema é falta de leitos. Ele ainda alertou que no caso da Maternidade Santa Izabel, contratada pela Prefeitura de Aracaju, foi observada a carência de recursos humanos. O promotor disse ainda que existe uma possível recusa de médicos obstetras em realizarem partos nas maternidades do interior do Estado, sob a alegação da não presença de um médico obstetra assistente, que geralmente não está presente.

Segundo a promotora de Justiça Karla Christiany Cruz Leite de Carvalho, é constante o descumprimento de decisões judiciais por parte dos gestores e sugeriu um enfrentamento por meio de ações de improbidade administrativa contra o gestor que descumpra as decisões, sem razões plausíveis.

Ao fim da reunião foi proposta a criação de um grupo de trabalho que atuaria durante seis meses formado por promotores de Justiça e representantes dos conselhos regionais de Enfermagem e Medicina, que abriguem maternidades em suas comarcas. O objetivo seria realizar inspeções conjuntas com o CRM e o Coren em todas as maternidades do Estado.

“Esta situação precisa de um estudo mais profundo do que está acontecendo nas maternidades do Estado. É falta de leitos? O que sabemos é que se encontram em uma situação calamitosa, mas queremos fechar o ano com um conhecimento da situação”, disse a presidente do CRM-SE, Rosa Amélia Dantas.